

IOC and FIFA,
When will the
TRAGEDIES
of your Games End?

1a

Década



ICM Marca um gol pelo Trabalho Decente em Megaeventos Esportivos





**NO MORE DEATHS
IN THE NAME
OF SPORTS**

 **BWI**
Building and Wood
Workers' International
www.bwint.org

**RED CARD
FOR
FIFA**
NO WORLD CUP WITHOUT
WORKERS' RIGHTS

 www.bwint.org

**RED CARD
FOR**

Prefácio

A Campanha Mundial da ICM em eventos esportivos completou 10 anos. Há uma década, durante o Fórum Social Mundial de Nairóbi, no Quênia, a ICM lançou uma campanha mundial inovadora para garantir o trabalho decente em megaeventos esportivos. Naquele momento, o foco residia nos preparativos para a Copa do Mundo da FIFA de 2010 na África do Sul.

A campanha tinha dois objetivos principais: organizar os trabalhadores da construção em sindicatos e, mais importante ainda, melhorar as normas de segurança e trabalho no setor da construção e manter essas normas melhoradas após a Copa do Mundo. Nos 10 anos transcorridos desde então, o que era uma campanha piloto tornou-se um elemento institucional do trabalho da ICM, como demonstrado pelas ações que realizamos no Brasil para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, na Eurocopa de 2012 na Polônia e Ucrânia e nas atuais campanhas para os torneios da Copa do Mundo na FIFA Rússia em 2018 e no Catar em 2022, os Jogos Olímpicos de Inverno de 2018 em PyeongChang, na Coreia do Sul, e os Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020.

Intitulada “1ª Década”, esta publicação é importante porque detalha as estratégias agressivas das afiliadas da ICM para conseguir recrutar e organizar trabalhadores em sindicatos, bem como para mobilizá-los para a realização de greves e paralisações a fim de pressionar as empresas de construção a sentar à mesa para negociar acordos de negociação coletiva que resultaram em aumentos salariais com benefícios sociais altamente necessários, horas de trabalho apropriadas e melhores condições de segurança e saúde.

Ao mesmo tempo, a revista descreve as importantes iniciativas da ICM em âmbito global para engajar empresas de construção e entidades esportivas internacionais, especialmente a FIFA e o Comitê Supremo de Entrega e Legado do Catar, que levaram à institucionalização de inspeções conjuntas de segurança e saúde e a discussões sobre o desenvolvimento de mecanismos permanentes de tratamento de queixas de trabalhadores e de métodos de reparação.

Essa revista é histórica, uma vez que narra o trabalho realizado pela ICM nos últimos 10 anos e nos faz lembrar que há uma década o cenário era muito diferente do atual. Governos, entidades esportivas internacionais, empresas, torcedores e o público em geral não tinham tanta consciência ou, a bem da verdade, não estavam interessados na importância de vincular direitos humanos e direitos trabalhistas a megaeventos esportivos. Afinal, o esporte tinha a finalidade de oferecer diversão e entretenimento; o objetivo não era garantir que trabalhadores recebessem salários dignos e trabalhassem em um ambiente seguro, sem discriminação e exploração.

Atualmente, a questão dos direitos humanos e trabalhistas nos megaeventos esportivos se popularizou. Esse tema é objeto de debates regulares em instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). As empresas estão mais conscientes e não querem correr o risco de ter sua reputação ou nome empresarial associado a um megaevento esportivo marcado por violações de direitos trabalhistas. Os governos também reconhecem que, ao sediar um megaevento esportivo, é seu dever garantir que os direitos dos trabalhadores sejam protegidos.

À medida que a ICM centra suas atenções na próxima década de implementação da campanha mundial em eventos esportivos, existem, obviamente, inúmeros desafios para implementar uma estrutura institucional permanente para as diversas estratégias inovadoras. As inspeções conjuntas de segurança e saúde que foram realizadas na Rússia e no Catar com sindicatos locais devem agora ser institucionalizadas em futuros documentos de candidatura de países interessados em sediar megaeventos esportivos. O nome genérico da campanha “Trabalho Decente Antes e Depois” ressalta a necessidade de deixar um legado positivo no sistema de relações trabalhistas de qualquer país anfitrião. O objetivo do trabalho decente vai além dos megaeventos esportivos e da indústria da construção. Trata-se de um sistema nacional e de uma agenda de reforma internacional.

As conquistas da campanha em eventos esportivos mundial não poderiam ter sido alcançadas sem o apoio das centenas de afiliados da ICM que mobilizaram seus membros de diversas maneiras. A família ICM atuou de forma orquestrada para marcar um gol a favor do trabalho decente, seja realizando reuniões com órgãos esportivos nacionais, mostrando cartões vermelhos, promovendo greves, assinando acordos tripartites nacionais, enviando peritos para participar de inspeções trabalhistas, organizando trabalhadores migrantes, disponibilizando contribuições financeiras ou realizando debates públicos.

Como conclui a revista, a única maneira de garantir que todas as edições dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo respeitem os trabalhadores é reconhecendo que os sindicatos são parceiros em igualdade de condições na luta para promover o respeito aos direitos trabalhistas e o trabalho decente antes, durante e após qualquer evento megaevento esportivo.

Dezembro de 2017
Genebra, Suíça

Índice

Esportes: Uma história de competição e trabalho	1
Campanha esportiva mundial da ICM começa	5
Campanha pelo trabalho decente chega ao Brasil.	11
Grandes avanços em futuros megaeventos esportivos . .	17
Rumo ao futuro, rumo a campanhas em prol do trabalho decente	26

A ICM é uma Federação Sindical Internacional que reúne sindicatos livres e democráticos ligados aos setores de construção, materiais de construção, madeira e silvicultura.

A entidade é formada por 334 sindicatos que representam mais de 12 milhões de membros em 130 países. Com sede em Genebra, na Suíça, a ICM tem escritórios regionais no Panamá, na Malásia e na África do Sul.

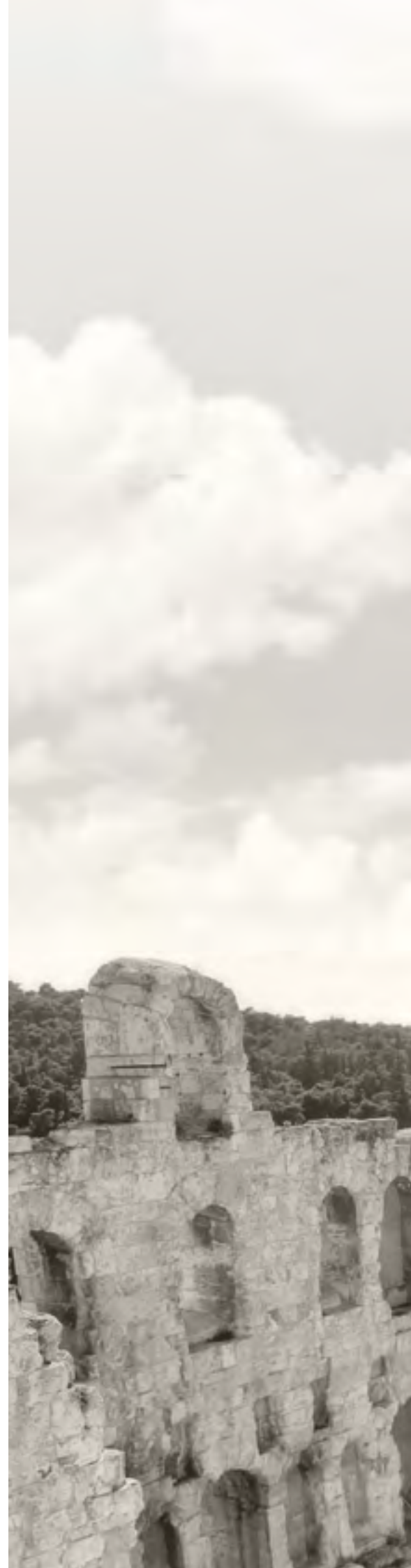
Nossa missão é defender e promover os direitos dos trabalhadores e melhorar as condições de trabalho e de vida nos setores em que atuamos. Acima de tudo, a ICM segue uma abordagem baseada em direitos. Acreditamos que os direitos sindicais constituem direitos humanos e baseiam-se na igualdade, na solidariedade e na democracia e que os sindicatos são indispensáveis à boa governança.

Os objetivos da ICM incluem: 1) promover e defender os direitos humanos e sindicais; 2) fortalecer os sindicatos; 3) promover níveis de emprego estáveis e elevados em nossos setores; e 4) influenciar políticas públicas e fortalecer a capacidade de instituições e estruturas tripartites em nossos setores.

© Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM). Partes desta publicação poderão ser reproduzidas ou citadas, desde que a fonte seja mencionada.

A publicação "Primeira Década" foi publicada com o apoio da Confederação Norueguesa de Sindicatos (LO Norway).

Créditos fotográficos: As fotografias usadas na publicação foram retiradas do Acervo de Fotos da ICM, exceto aquelas fornecidas pela AFL-CIO (página 16), SC Qatar (página 17) e BESIX (página 27) e a captura de tela do site da FIFA (página 27).



Esportes: Uma história de competição e trabalho

O que queremos dizer quando falamos em esporte? Em primeiro lugar, nos referimos a uma combinação de atividades que cativam a humanidade desde os tempos pré-históricos. Aquelas que parecem ser as mais antigas representações do esporte são encontradas nas cavernas de Lascaux, no sudoeste da França: pinturas rupestres representando corridas e lutas que remontam ao período Paleolítico Superior há mais de 15 mil anos. Na província de Bayankhongor, na Mongólia, arqueólogos descobriram pinturas rupestres de lutadores cercados por uma multidão que datam de cerca de 7000 a.C., sugerindo que o conceito ostensivamente “moderno” de eventos esportivos com espectadores surgiu, na verdade, há mais de nove mil anos! Os antigos Sumérios eram adeptos do esporte – a bem dizer, a Epopeia de Gilgamesh, a mais antiga de todas as obras conhecidas da literatura, descreve seu herói lutando contra o amigo Enkidu em um jogo de *belt wrestling* (estilo de luta livre que envolve agarrar a roupa do adversário). Diversos esportes eram praticados no antigo Egito, entre os quais muitos jogos de bola – possivelmente os primeiros esportes coletivos conhecidos.

A influência antiga mais importante nos esportes modernos vem da Grécia. Um aspecto fundamental da maneira como os gregos abordavam o esporte era a ligação dos principais eventos esportivos com a mitologia. Como os deuses viviam no Monte Olimpo, há diversos mitos olímpicos envolvendo divindades. É óbvio que, nos nossos tempos seculares atuais, pouquíssimas pessoas acreditam genuinamente que os Jogos Olímpicos modernos ou a Copa do Mundo da FIFA são inspirados pelos deuses, mas o esporte continua a ter um significado, prestígio e status especiais. Além de inspirar pessoas em todo o mundo, elevar seus corações e mentes e alegrar suas almas, o esporte simboliza as esperanças, sonhos e aspirações de milhões de indivíduos. E embora a linha que distingue os torcedores, sobretudo de esportes praticados em equipe, seja muitas vezes extremamente provinciana, o esporte transcende a política, a religião e outros fatores divisórios. O esporte é a forma de atividade cultural mais popular do mundo e também sua maior experiência



comunitária, podendo assumir um significado quase espiritual tanto para os atletas como para os espectadores.

Os antigos gregos também foram os principais inventores e desenvolvedores do conceito de projeto estrutural conhecido como “arena esportiva”. Em Olímpia e em outros locais, eles criaram estruturas que proporcionavam condições ideais para os atletas competidores e para o público espectador. E apesar da enorme diferença entre arenas antigas e modernas em termos de função e forma, o único elemento que todas elas têm em comum é que alguém precisa construí-las.

Nos Jogos Olímpicos da antiguidade, apenas homens livres e gregos podiam competir. Entretanto, como a escravidão era uma instituição quase universalmente aceita na sociedade grega, é quase certo que as principais arenas foram construídas por mão de obra escrava. A escravidão foi oficialmente abolida em praticamente todos os países do mundo, mas os trabalhadores da indústria esportiva mundial ainda ficam muitas vezes expostos a uma série de riscos ocupacionais, como condições de trabalho perigosas e inseguras; falta de moradia adequada; fornecimento inadequado de alimentos e água; baixos salários (e frequentemente sem nenhuma remuneração); e restrições ao direito de sindicalização e negociação, entre diversas outras situações. Em alguns casos – como no Qatar e na Rússia, por exemplo –, os contratos de trabalho colocaram esses trabalhadores efetivamente sob a custódia de indivíduos ou empresas.

Desde os primórdios dos esportes profissionais, o esporte de elite sempre teve um forte apelo comercial; no entanto, sua transformação em um ramo da indústria de entretenimento global possivelmente começou no período de 1974 a 1980. Foi também nessa época que a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional (COI), as duas principais entidades responsáveis por supervisionar os eventos esportivos mais populares do mundo, elegeram presidentes que tinham fortes vínculos com regimes autoritários. João Havelange era membro do Comitê Olímpico Brasileiro e presidente da Confederação Brasileira de Desportos durante o período da ditadura militar e quando foi eleito para comandar a FIFA. No COI, Juan Antonio Samaranch desempenhou várias funções,

como a de ministro dos esportes, sob o regime falangista de Franco na Espanha. Esses dois homens eram visionários dentro de seus campos de atuação, essencialmente combinando uma liderança autocrática com uma postura pró-empresarial e pró-mercado.

A mentalidade do “consenso de Washington” que surgiu após as eleições do presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan e da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher afetou o mundo dos esportes. Com o desenvolvimento de lucrativos direitos de transmissão e outras oportunidades de marketing, os megaeventos esportivos tornaram-se guardiões dos valores esportivos e, o que é mais importante, verdadeiras máquinas de fazer dinheiro. Conflitos entre esses dois sistemas de valor tornaram-se frequentes. Os contratos de patrocínio passaram a ser comuns e caros. Alguns atletas de elite, como Carl Lewis ou Diego Maradona, se transformaram em “marcas” globais.

Esse conflito e a mudança de prioridades foram claramente observados nos Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona, quando o COI, que há tempos se restringia ao seu ideal amador, permitiu que profissionais da Associação Nacional de Basquete dos Estados Unidos (NBA) competissem no torneio de basquete. Com Michael Jordan – o maior dos atletas de marca – presente, o chamado *Dream Team* (time dos sonhos) atropelou todos os adversários de forma tão avassaladora que, em alguns momentos, as partidas pareciam mais um show de exibição atlética do que uma competição esportiva. Isso representou uma vitória importante para os que viam o esporte principalmente como uma forma de entretenimento.

As Olimpíadas de Barcelona de 1992 também marcaram outra mudança importante. Possivelmente pela primeira vez, uma edição dos Jogos Olímpicos não era vista simplesmente como um grande evento esportivo, mas também como instrumento de regeneração urbana. A capital catalã usou os Jogos Olímpicos para lançar uma série de projetos ambiciosos que, com investimentos pesados, acabaram transformando a cidade em uma vibrante atração turística para visitantes. De lá para cá, todas as possíveis cidades-sede têm se empenhado em seduzir as organizações responsáveis pela supervisão de eventos esportivos e seus próprios cidadãos destacando



os avanços que esses torneios podem promover em termos de infraestrutura, progresso econômico, reputação, imagem e “qualidade de vida”.

Embora a reinvenção olímpica em Barcelona tenha sido considerada exitosa de um modo geral, isso não significa que esse modelo funcionaria em todas as situações. As Olimpíadas podem ter melhorado a qualidade de vida de muitos moradores de Barcelona, mas é improvável que os muitos milhares de habitantes do Rio de Janeiro removidos de suas casas tenham o mesmo sentimento em relação ao legado dos Jogos Olímpicos realizados em sua cidade.

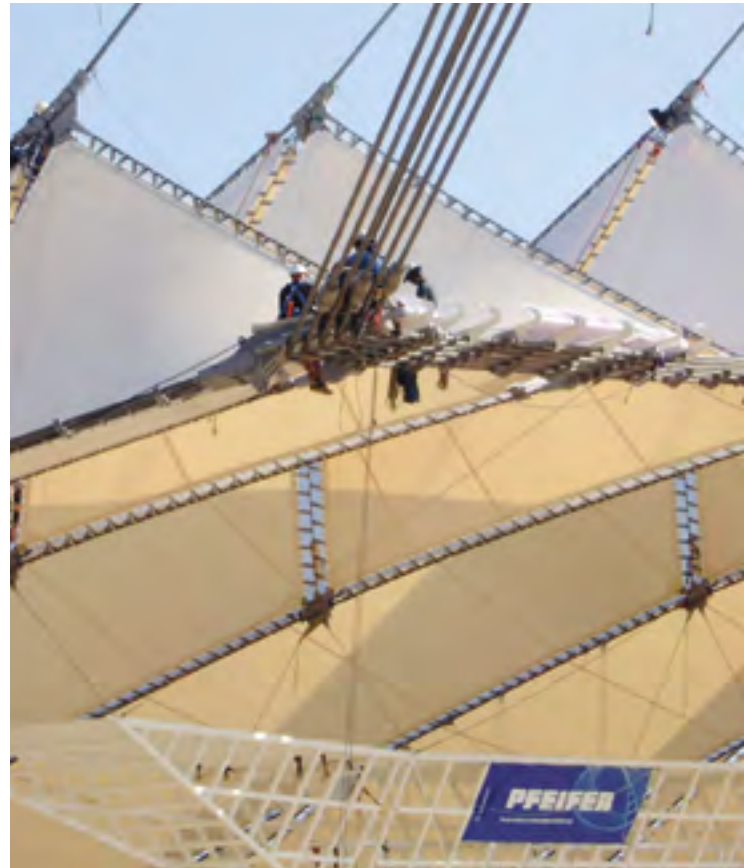
Ao longo dos últimos 25 anos, o pensamento geral entre os detentores dos direitos e organizadores de eventos esportivos é a de que organizar um torneio esportivo bem-sucedido já não é mais suficiente. Atualmente, esses eventos devem também promover grandes mudanças nas cidades-sede. Em comunicados e esforços de promoção oficiais, a oportunidade de sediar uma edição dos Jogos Olímpicos ou da Copa do Mundo é vendida como algo extremamente vantajoso para todos, quando, na verdade, os maiores beneficiários costumam ser grandes construtoras ou outras empresas e seus aliados, que têm muito a ganhar com os negócios ligados a esses eventos.

Os vínculos estreitos entre interesses empresariais – incluindo os de empreiteiras – e comitês organizadores locais aumentam o risco de corrupção, como observado durante os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de Sochi, realizados naquele mesmo ano. Como afirmou o ex-capitão da seleção brasileira e ativista político Sócrates: “O objetivo das Copas do Mundo é ajudar poucas pessoas a ganhar muito dinheiro”.

Há uma importante diferença entre as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Enquanto os Jogos Olímpicos sempre promoveram a construção de estádios e arenas especificamente para o evento desde pelo menos a década de 1930, a Copa do Mundo só passou a seguir esse exemplo muito mais tarde. Embora diversos estádios da Copa do Mundo tenham sido especificamente construídos para o evento – com destaque para o Maracanã no Rio –, o modus operandi geral da FIFA consistia em selecionar países que já tinham uma cultura futebolística consolidada e, portanto, os estádios necessários.

Em 1994, nenhuma arena nova foi construída – ainda que, na época, os Estados Unidos não tivessem nenhum estádio de futebol de dimensões adequadas, forçando seus organizadores a realizar a competição apenas em arenas de futebol americano e/ou de beisebol. Para a Copa do Mundo de 1998, a França construiu um novo estádio nacional no subúrbio parisiense de Saint Denis, mas todos os outros locais usados nessa copa eram estádios já existentes de clubes de futebol profissional, alguns dos quais foram reformados para esse fim.

A principal mudança ocorreu durante os preparativos para a Copa do Mundo de 2002 no Japão e na Coreia do Sul. Pela primeira vez em sua história, o torneio seria realizado fora da Europa e das Américas e sediado por dois países. Assim como na Copa do Mundo dos Estados Unidos realizada oito anos antes, a FIFA tinha a clara intenção de atrair um público maior



para o evento, mas dessa vez os anfitriões optaram pela ostentação. As 64 partidas da competição foram divididas entre 20 estádios diferentes – dez em cada país-sede –, a maioria dos quais eram “construções emblemáticas” novas, ostensivas e futuristas.

Ainda que nenhum país-sede das edições seguintes tenha optado pelos excessos desconcertantes dos japoneses e sul-coreanos, a tendência de construir estádios específicos – e muitas vezes desnecessários – para o evento ainda permanece e provavelmente permanecerá para sempre. Na África do Sul e no Brasil, estádios da Copa do Mundo foram construídos em cidades que sequer tinham instalações de clubes profissionais na época.

Em consequência, eles se tornaram “elefantes brancos”, incapazes de gerar receitas suficientes para cobrir os custos de sua manutenção. Parece haver poucas dúvidas de que muitos desses estádios foram construídos para enriquecer investidores e construtores ainda mais – muitas vezes à custa dos contribuintes, que não haviam solicitado a construção dessas instalações e tampouco foram consultados sobre essa questão. ●

CAMPAIGN FOR DECENT WORK TOWARDS AND BEYOND 2010



R30BN. MAKE PUBLIC MONEY WORK FOR THE PUBLIC GOOD!

Did you know?

The salaries of the CEO of Murray & Roberts, increased by 40% totalling R7,4m and the CEO of Aveng, increased by 47% totalling R4,7m for the 2006 financial year.

The current minimum wage of R11 per hour for a general worker for a 44 hour week amounts to R484 per week or R1936 per month!

The current minimum wage for a skilled artisan is R26 per hour or R1144 per week or R4576 per month.

It will take a general worker 139 years to earn the average income of a construction sector executive in one year!

Workers at Green Point went on two strikes in September and won their demand for transport.

Workers at the Gautrain project went on strike in September and won their demand to remove racist managers.

Trade unions united in the construction sector will lead campaign launches at all sites

Building Construction and Allied Workers Union (BCAWU)

National Union of Mine Workers (NUM)

South African Building and Allied Organisation (SABAWO)

What are our Demands to ensure Decent Work?

1. **The right to work, to organise and to bargain** – access to construction sites and to workers for the purposes of communicating their rights and recruitment, without fear of discrimination.
2. **Decent work** – agreements with companies must ensure that there is real improvement in wages, working conditions and safety for workers.
3. **A living wage** – a wage that takes workers out of poverty.
4. **Zero accidents** – enforcement of health and safety measures and full-time health and safety union representatives on site.
5. **No downward variation** – all subcontracting terms to reflect those of the principal tender.
6. **Quality jobs** – maximise the creation of quality jobs, especially for women and youth so as to contribute to resolving unemployment.
7. **Improve basic conditions** – decent accommodation and improvement in working conditions for all workers.
8. **Health awareness** – promote awareness of HIV/Aids; provide voluntary testing; accessible counselling and treatment.
9. **Skills development** – effective skills development programmes that promote the future employability of workers.

How do we achieve Decent Work?

- Join a trade union at their construction sites.
- Be active in launching the campaign at the site.
- Be active in campaign activities.
- Stand united in ideas and action.



DECENT WORK CAMPAIGN SITE LAUNCH

Where:

Date:

Time:

Published by: Building & Wood Worker's International and Labour Research Service, 2007.



Campanha Esportiva Mundial da ICM Começa

Durante o Fórum Social Mundial de Nairóbi, realizado em janeiro de 2007, a Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM) decidiu concentrar seus esforços na defesa dos direitos dos trabalhadores envolvidos em megaeventos esportivos. A ideia foi concebida e apresentada à ICM por representantes africanos preocupados com os preparativos para a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul. Na época, a cobertura da imprensa sobre a próxima Copa do Mundo abordou principalmente os altos índices de crimes violentos registrados no país-sede, especulando se seria seguro para torcedores estrangeiros visitarem a região. Quando suscitada, a questão da construção de estádios e outras infraestruturas quase sempre envolvia dúvidas sobre a possibilidade de conclusão das obras dentro dos prazos estabelecidos.

A necessidade de agir em defesa dos operários da construção na África do Sul era urgente. Representando 326 sindicatos com mais de 12 milhões de membros em 132 países, a ICM estava em uma posição ideal para assumir essa tarefa colossal. A campanha, organizada em parceria com diversos sindicatos nacionais, continentais e mundiais, foi intitulada de “Fair games, fair play – Trabalho decente antes e depois de 2010”. A campanha se mostrou especialmente adequada, já que o alto índice de mortes e lesões registradas durante a construção de instalações esportivas não correspondia em nada à comemoração das conquistas do corpo humano.

Entre outros, os promotores da campanha se depararam com os seguintes desafios no país: salários baixos e frequentemente pagos de forma

irregular; equipamentos de proteção inadequados; e empreiteiras e subempreiteiras cujas práticas inibiam a aplicação efetiva de normas trabalhistas. A criação de uma complexa rede de empresas era uma das formas de se esquivar da responsabilidade empresarial e tornou-se uma prática comum nos megaeventos esportivos realizados posteriormente. Para agravar ainda mais esses problemas, os promotores da campanha perceberam que o governo sul-africano estava muito mais preocupado com a perspectiva de gerar receitas e ganhar prestígio internacional do que em garantir os direitos dos trabalhadores. Esse fato está associado à ideia de que megaeventos esportivos são agentes de mudança, embora essa “mudança” aparentemente consista em transferir recursos pertencentes à maioria da população para as mãos de um pequeno grupo de pessoas.

Além de não pagar impostos sobre as receitas geradas por seus populares e lucrativos torneios, a FIFA deixa a maior parte dos custos para os comitês organizadores locais, seus aliados políticos e os cidadãos dos países-sede. A entidade internacional também se recusava a reconhecer seu papel como empregadora dos operá-

rios dos canteiros de obras. Isso gerou uma situação absurda em que aqueles que trabalhavam arduamente para concluir um dos projetos de maior prestígio de todos os tempos da FIFA – a primeira Copa do Mundo realizada na África e na terra natal do maior de todos os santos seculares, Nelson Mandela, na sequência da vitória contra o apartheid – tiveram seus direitos efetivamente suprimidos pela organização cujo sonho eles se empenhavam em realizar.

No início da campanha, a ICM e seus sindicatos filiados identificaram oito principais demandas ou objetivos, a saber: reconhecimento do direito ao trabalho, à sindicalização e à negociação, o que incluía acesso aos canteiros de obras e aos operários; trabalho decente; salários dignos; redução do número de acidentes a zero, sem nenhuma alteração desfavorável nos termos dos contratos de trabalho; empregos de qualidade; melhoria das condições básicas; conscientização sobre a questão da saúde e segurança no trabalho; e desenvolvimento de habilidades para garantir empregos no futuro. A estratégia desenvolvida para alcançar esses objetivos foi estruturada em torno de quatro pilares principais.





Estratégia da campanha para a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul

O primeiro pilar foi o da organização, que envolveu, entre diversos outros esforços, visitas a inúmeros canteiros de obras para oferecer ao maior número possível de trabalhadores a oportunidade de se filiar a um sindicato. Mais de 27 mil novos membros foram recrutados, o que foi fundamental para o sucesso da greve nacional realizada em julho de 2009.

O segundo pilar foi o da pesquisa, com vistas a compreender as condições em que o trabalho era realizado. Além disso, foram realizados estudos sobre o custo da Copa do Mundo, os lucros esperados com os preparativos, os acordos de negociação existentes no setor da construção e o processo de compras governamentais. As informações foram amplamente compartilhadas. Embora o interesse dos meios de comunicação e do público nas condições dos operários que trabalhavam nas obras de infraestrutura da Copa do Mundo na África do Sul fosse inicialmente baixo, essa situação começou a mudar à medida que a campanha ganhou força.

O terceiro pilar foi o da negociação. Negociadores trabalhistas de todos os níveis aprenderam métodos e táticas de negociação em *workshops* realizados em março de 2008 e maio de 2009. Essa estratégia resultou não apenas no aumento da eficácia das negociações em âmbito local, com trabalhadores negociando diretamente com seus empregadores nos canteiros de obras, mas também em grandes avanços em nível nacional, como a eliminação do limite de aumento salarial de 8% que havia sido acordado em 2006, mas que, posteriormente, se revelou inadequado devido ao aumento acima do previsto das taxas de inflação na economia sul-africana. A paralização temporária das negociações em torno dessa questão gerou diversas greves nas obras em outubro de 2008, o que acabou forçando os empregadores a voltar à mesa de negociação. Foi acordado um aumento salarial adicional de 3%.

O quarto pilar foi o da realização de campanhas. Seu objetivo foi promover um envolvimento mais direto com a FIFA e com os órgãos de imprensa, que já percebiam cada vez mais que as condições dos operários envolvidos nas obras da Copa do Mundo



Rússia e Catar são anunciados como sedes das Copas do Mundo de 2018 e 2022

Em 2 de dezembro de 2010, menos de cinco meses após a final da Copa do Mundo realizada em Joanesburgo, o Comitê Executivo da FIFA se reuniu em Zurique para decidir quais países sediariam os torneios de 2018 e 2022. Os resultados da votação espalharam ondas de choque por todo o mundo do esporte. Ao conceder à Rússia e ao Catar o direito de sediar o torneio, o Comitê Executivo parece ter ignorado os compromissos com a ética do esporte, a amizade e a união tão difundidos durante a Copa do Mundo na África do Sul. Embora a Rússia seja uma nação com uma forte cultura futebolística, a decisão de realizar uma Copa do Mundo no Catar pareceu incomum para muitos, se não a maioria, dos observadores. Foi mais uma amostra dos esforços da FIFA para atrair um público maior para o futebol, ainda que o Catar também buscasse a visibilidade e o prestígio de sediar uma Copa do Mundo. A escolha gerou polêmica, incluindo acusações de corrupção.

Embora a Rússia e o Catar representassem sérias preocupações sobre o futuro, as atenções se voltaram novamente para a Europa com a proximidade dos Jogos Olímpicos de Londres e do Campeonato Europeu na Polônia e na Ucrânia em 2012. Este último foi o primeiro evento esportivo verdadeiramente importante a ser realizado na Europa Oriental desde as Olimpíadas de Moscou em 1980, que foi alvo de boicotes. A imprensa centrou suas atenções em suposições e receios em relação às práticas adotadas nos países anfitriões, sugerindo, por exemplo, que torcedores não brancos estariam em perigo se entrassem na Ucrânia. Na prática, o principal problema relacionado aos direitos humanos observado durante o torneio foi que, embora a força policial ucraniana tivesse recebido ordens expressas de proteger todos os visitantes, os policiais intimidaram e brutalizaram seus próprios cidadãos.

eram notícia de destaque. Embora a FIFA continuasse insistindo que não poderia ser reconhecida como empregadora das pessoas que trabalhavam nos preparativos do seu torneio, a publicidade negativa gerada pelas greves nos estádios iniciadas em 2007 convenceu a entidade internacional a levar essas questões a sério, pelo menos nas aparências.

Em março de 2008, em Zurique, representantes da ICM se reuniram com representantes da FIFA, entre os quais o então presidente Sepp Blatter, que se comprometeu a adotar providências. O Sr. Blatter prometeu que a FIFA discutiria as questões relacionadas aos direitos dos operários com o governo sul-africano e com o Comitê Organizador Local, que os sindicatos seriam incluídos em futuras inspeções das obras e que a FIFA daria continuidade ao diálogo social com os sindicatos.

Como se tornou costumeiro, no entanto, essas promessas foram apenas parcialmente cumpridas. Embora o Comitê Organizador Local da África do Sul tenha eventualmente incluído os sindicatos nas inspeções conjuntas dos estádios, seus representantes inicialmente insistiram que não haviam sido devidamente informados pela FIFA sobre o memorando de acordo que a entidade havia firmado com os sindicatos e só cooperaram plenamente após representantes sindicais suíços terem pressionado o organismo internacional nesse sentido. Ainda assim, o acordo entre os sindicatos e a FIFA representou um marco importante.

Go! A greve nacional de 2009

É provável, no entanto, que a greve nacional de julho de 2009 tenha sido o “ponto de virada” da campanha. Faltando apenas um ano para a final da Copa do Mundo no estádio Soccer City, 70 mil operários

da construção em todo o país abandonaram simultaneamente seus postos de trabalho. Parecia que tudo havia sido paralisado indefinidamente e alguns dos veículos de mídia ocidentais começaram a argumentar que o torneio não deveria mais ser realizado na África do Sul. A greve, porém, durou pouco tempo – apenas uma semana – e foi amplamente vitoriosa. Além de terem conseguido negociar aumentos salariais e melhores condições de trabalho, a ICM e seus sindicatos filiados também obtiveram 40 mil ingressos para distribuir aos operários para que pudessem desfrutar do torneio que haviam tornado possível.

Embora dois trabalhadores tenham infelizmente morrido nas obras da Copa do Mundo, esse número poderia ter sido maior se não fosse pelos esforços contínuos dos sindicatos para melhorar a segurança no local de trabalho. A campanha da ICM também contribuiu significativamente para promover uma maior conscientização coletiva da sociedade – não só dos contribuintes da África do Sul, que haviam financiado a maior parte do torneio, mas também dos milhões de espectadores da Copa do Mundo – em torno de questões relacionadas aos operários da construção.

Em termos puramente esportivos, a Copa do Mundo da FIFA de 2010 não foi um grande sucesso. Foram pouquíssimos os jogos memoráveis. No entanto, se o implacável time holandês tivesse vencido a superior seleção da Espanha na final, o torneio poderia ter

sido considerado um desastre absoluto. Nenhum dos cenários apocalípticos de violência e crime se materializou e, a despeito da qualidade muitas vezes lastimável do futebol apresentado, a grande maioria dos torcedores visitantes parece ter se divertido na África do Sul – para a satisfação razoável da FIFA.

Quanto à ICM, a organização havia desempenhado um papel importante no sentido de garantir os direitos dos operários da construção e de melhorar os padrões de saúde e segurança no setor, além de ter identificado um modelo para promover essas questões em futuros megaeventos esportivos.

Campanha pelo Trabalho Decente na Eurocopa 2012

Os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Polônia e da Ucrânia haviam realizado uma abrangente campanha conjunta em defesa do trabalho decente já em 2009, em um momento em que os ucranianos ainda corriam o risco de perder sua parte dos direitos de sediar o torneio devido ao que a União das Federações Europeias de Futebol (UEFA) considerava um progresso insatisfatório na construção de estádios e no desenvolvimento geral de infraestruturas.

O principal objetivo da campanha da ICM foi o de promover o trabalho decente nos canteiros de obras da Eurocopa 2012 garantindo proteção aos direitos dos trabalhadores à sindicalização e à nego-



ciação coletiva, entre outros. Percebendo a importância de transmitir essa mensagem ao público, os promotores da campanha adotaram uma estratégia de mídia como um elemento inseparável dos seus esforços.

A ICM e seus filiados na Ucrânia e na Polônia se empenharam em estabelecer e manter diálogos com empregadores, governos nacionais e a UEFA. A entidade europeia, no entanto, não se mostrou interessada. Sua principal preocupação – assim como a da FIFA durante os preparativos para a Copa do Mundo da África do Sul – era com a capacidade dos países-sede de realizar um torneio de sucesso e, mais especificamente, com as condições e o andamento das diversas obras. Em outras palavras, embora fossem fundamentais para o sucesso esperado das Eurocopas, os operários das obras não eram vistos como parceiros que mereciam um tratamento justo.

Com a UEFA efetivamente ignorando as preocupações da campanha pelo trabalho decente, o Comitê Organizador Local e a Federação Ucraniana de Futebol seguiram o exemplo, o que gerou muitas dificuldades. Em uma perspectiva mais positiva,

no entanto, foi celebrado um acordo em 2010 que melhorou significativamente os salários dos trabalhadores e garantiu o acesso de fiscais da campanha a todos os canteiros de obras da Eurocopa 2012.

Como já é habitual durante a fase preparatória de megaeventos esportivos, um número inconcebível de subempreiteiras – mais de 400 – atuou nas obras da Eurocopa 2012. Não é de se surpreender, portanto, que as condições de trabalho e de vida variaram significativamente. Foram registrados mais de cinco mil casos de violações de normas de saúde e segurança e 14 acidentes fatais – a maioria das vítimas eram trabalhadores contratados por subempreiteiras e não sindicalizados.

No fim, a Eurocopa de 2012 – embora prejudicada pela falta de alojamento e de transportes locais adequados – transcorreu de forma pacífica e não registrou quase nenhum dos atos de violência temidos por alguns veículos de comunicação. Em termos esportivos, o torneio foi considerado um sucesso. No entanto, a arrogância e a atitude pouco colaborativa da UEFA em relação a tantos daqueles que haviam tornado seu evento possível rendeu à entidade europeia um simbólico cartão vermelho. ●



Campanha pelo Trabalho Decente chega ao Brasil

N o mundo dos esportes, nenhum ou quase nenhum país tem uma imagem tão “mítica” quanto o Brasil. Seja pela capoeira, uma mistura de dança e artes marciais desenvolvida por escravos angolanos no século XVI para esconder suas proezas de luta dos seus senhores, pelo prestígio que a seleção canarinha merecidamente conquistou com o tempo por ter os jogadores de futebol mais admiráveis e cativantes do mundo, ou pela genialidade e trágica morte prematura do piloto da Fórmula 1 Ayrton Senna, é inegável o impacto brasileiro sobre as conquistas possibilitadas pela combinação de corpo e mente (e máquina). A única nação lusófona entre vizinhos de língua espanhola, o gigantesco país às vezes pode parecer estranhamente isolado, quase como um continente em si mesmo.

Quando a Europa deixou de ser o centro das atenções após os megaeventos esportivos de 2012 e 2014, já se sabia que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. País de potencial quase infinito, o Brasil há muito buscava despontar no cenário mundial para ter um público global. A despeito de toda a sua gloriosa beleza, vastos recursos naturais e conquistas humanas, no entanto, a sociedade brasileira também conserva uma enorme capacidade de produzir escândalos políticos e de corrupção, os quais se tornariam públicos durante os preparativos para os dois megaeventos esportivos realizados no país.

Campanha pelo Trabalho Decente Antes e Depois de 2014

A Campanha pelo Trabalho Decente Antes e Depois de 2014 começou efetivamente na primavera de 2011, quando sindicatos locais que trabalhavam com a ICM lançaram a campanha com uma manifestação organizada na entrada principal do Maracanã, que estava sendo reconstruído para a Copa do Mundo – o estádio se tornaria apenas o segundo da história (depois do Estádio Azteca na Cidade do México) a sediar duas vezes uma final de Copa do Mundo. Desde então, diversas iniciativas locais e nacionais foram desenvolvidas, muitas das quais resultaram em melhorias significativas para trabalhadores da construção.

Somente em 2011, foram registradas 12 greves ou mobilizações em diversas obras da Copa do Mundo em todo o Brasil, a maioria das quais gerou resultados tangíveis, como condições



de trabalho mais seguras, aumentos salariais, dias de folga regulares – um benefício especialmente importante para aqueles que trabalhavam em obras muito longe de suas casas e raramente conseguiam ver suas famílias – e gratificações. Observou-se claramente também que o público passou a prestar mais atenção a esses temas, o que ficou evidenciado pelo fato de os trabalhadores envolvidos nos atos de protesto terem recebido mensagens de apoio de colegas e simpatizantes de todo o mundo. Essa solidariedade, por sua vez, promoveu a visibilidade da ICM e de seus ativistas filiados.

Quando foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014, o Brasil era o melhor candidato pelo fato de ser o único país que se enquadrava na política de rotação continental da FIFA adotada até então. Como não havia alternativa, a questão dos preparativos foi negligenciada, o que, no momento em que a ICM lançou suas campanhas em 2011, levou muitos observadores a especular se os brasileiros conseguiriam concluir as

Brasília, Cuiabá, Manaus e Natal, nenhuma das quais tinha ou estava perto de ter um clube profissional na Série A, a principal divisão do futebol brasileiro. As acusações de corrupção contra Teixeira e seus companheiros eram tão abundantes e complexas que ele acabou renunciando à presidência da CBF em março de 2012 por “motivos de saúde”.

Teixeira foi sucedido por outra figura possivelmente polêmica, José Maria Marin, um ex-político do estado de São Paulo durante o regime da ditadura militar. Entre diversas outras denúncias, Marin foi acusado de incitar a tortura e o assassinato do jornalista dissidente Vladimir Herzog em 1975.

Predominava uma sensação de caos em relação aos preparativos para a Copa do Mundo de 2014. Em maio de 2012, faltando apenas dois anos e poucas semanas para o início do torneio, a imprensa estimava que 41% de todas as obras relacionadas à Copa do Mundo ainda não haviam começado – um percen-



obras dos estádios e projetos de infraestrutura nos prazos previstos. Esse tipo de especulação é comum antes de qualquer megaevento esportivo, mas dessa vez as preocupações pareciam justificadas. Entre outros exemplos, o Brasil desperdiçou muito tempo decidindo quais cidades deveriam ter a honra de sediar a Copa do Mundo. Essa situação ocorreu, em grande parte, devido à influência de Ricardo Teixeira, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e ex-genro do ex-presidente da FIFA João Havelange. Como a base de poder de Teixeira eram as federações regionais que constituíam a CBF, era imprescindível que ele garantisse o apoio dessas entidades.

Para esse fim, os eventos da Copa do Mundo foram distribuídos entre o maior número possível de regiões. Consequentemente, estádios foram construídos em cidades sem tradição futebolística, como

tual muito alto, considerando que os brasileiros sabiam que sediar o torneio havia cinco anos.

Mesmo assim, a ICM e seus filiados no Brasil não tinham outra alternativa senão seguir adiante. Os atrasos, os escândalos de corrupção e a sensação geral de caos aumentaram a tensão já manifesta nos trabalhadores sobrecarregados e mal remunerados do setor da construção. É provável, no entanto, que esses fatores também tenham fortalecido o poder de negociação dos sindicatos. Conforme crescia a insatisfação, aumentava também a vontade de agir, o que significava que as empreiteiras, subempreiteiras e os organizadores dos jogos precisavam ouvir os ativistas sindicais.

Isso também se refletiu nos números: em 2010, havia cinco sindicatos brasileiros filiados à ICM; dois anos

depois, esse número tinha quintuplicado. Juntos, esses sindicatos, sob a coordenação e liderança da ICM, desenvolveram diversas atividades locais e nacionais e produziram um manifesto conjunto, marcando a primeira vez que se chegava a um consenso desse tipo no setor da construção no Brasil. O manifesto resultou no desenvolvimento de uma Pauta Nacional Unificada, que estabeleceu várias demandas conjuntas, como direitos de negociação coletiva, alguns benefícios sociais comuns e um salário mínimo uniforme.

Além disso, o modus operandi da campanha liderada pela ICM destoava significativamente dos métodos tradicionais adotados pelos sindicatos brasileiros. De um modo geral, as atividades da campanha eram organizadas por sindicatos locais nas cidades-sede que, por sua vez, convidavam todas as organizações envolvidas na campanha a participar. Eles organizavam visitas a canteiros de obras e reuniões com

representantes do governo, organizadores locais e membros da imprensa, entre outros. Os relatórios sobre as atividades eram publicados no site da ICM e também em um blog dedicado à campanha. Sindicatos do exterior, principalmente de países europeus, também foram convidados a participar.

Apesar dos esforços da ICM e de suas organizações filiadas para lograr resultados por meio de negociações, conflitos eram comuns durante os preparativos da Copa do Mundo. Foram registradas 28 greves em obras relacionadas à Copa do Mundo durante o período de 2011 a 2014, a maioria das quais nos dois primeiros anos da campanha da ICM. Apesar dos diversos obstáculos significativos ao progresso, como a corrupção endêmica e a falta de transparência, objetivos importantes foram alcançados e a questão da importância fundamental dos trabalhadores da construção nos megaeventos esportivos recebeu maior cobertura.



No verão de 2013, quando o Brasil estava prestes a sediar a Copa das Confederações, uma onda de conflitos civis estourou em diversas cidades importantes. Embora os protestos – e, em alguns casos, os tumultos – não tivessem relação direta com o esporte, o fato de coincidirem com o ensaio geral da Copa do Mundo levou muitos observadores a ligar uma coisa à outra. O Brasil às vezes é chamado de “o campeão mundial das desigualdades” e, quando as pessoas expressaram sua frustração por não conseguirem mais pagar suas tarifas de ônibus diárias, muitos se perguntaram como seria possível justificar os milhões e milhões gastos com estádios novos e de última geração, alguns dos quais seriam usados pouquíssimas vezes.

Alguns previram que conflitos em grande escala irromperiam no país antes da Copa do Mundo. Havia muita tensão no ar. O torneio, no entanto, transcorreu de forma pacífica. Apesar da atuação desastrosa da equipe da casa na semifinal contra a Alemanha, das longas distâncias que todos os envolvidos eram obrigados a percorrer, da cultura de cobrar preços excessivamente altos nas áreas de torcedores e do fato de que apenas os brasileiros mais ricos tinham condições de pisar nos estádios que haviam sido construídos ou reformados com recursos majoritariamente públicos, o torneio foi, de um modo geral, considerado um sucesso. Em termos de qualidade geral, provavelmente foi a melhor Copa do Mundo do século XXI.

Da Copa do Mundo de 2014 aos Jogos Olímpicos de 2016

Antes mesmo de a estrutura da Copa do Mundo ser desfeita e deslocada para a Rússia, os brasileiros já voltavam sua atenção para os próximos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, cidade que, em 2009, havia sido escolhida pelo COI para sediar o torneio. Em sua candidatura original, a campanha Rio 2016 havia destacado que o principal objetivo de sediar os jogos era promover a cidade do Rio de Janeiro e, por extensão, a nação brasileira como “econômica e politicamente estável”, com o objetivo de atrair turistas e investimentos.

Um importante argumento a favor da realização de megaeventos esportivos é que eles são agentes de mudança. Na prática, isso muitas vezes se traduz em crescimento econômico e vantagens financeiras para um pequeno grupo de pessoas. Em raras ocasiões, no entanto, o argumento foi expresso de forma tão explícita como no caso do Rio de Janeiro. Desde o início, a candidatura do Rio admitiu que o esporte era, na melhor das hipóteses, apenas um fator secundário em sua motivação de sediar um megaevento esportivo. Fosse cinismo ou honestidade, o importante é que as intenções dos futuros anfitriões dos Jogos Olímpicos do Rio – e possivelmente as da maioria dos anfitriões da Copa do Mundo e das Olimpíadas – haviam sido reveladas.



A campanha da ICM para os Jogos Olímpicos de 2016 baseou-se na campanha para a Copa do Mundo de 2014. Uma constatação fundamental da campanha de 2014 foi que, quanto mais próximo do prazo de conclusão das obras dos estádios e da infraestrutura, mais aumentava drasticamente o número de acidentes, sobretudo os fatais. Para melhorar a segurança e as condições gerais de trabalho, a ICM assinou um acordo de cooperação com o FUNDACENTRO, um instituto de pesquisa vinculado ao Ministério do Trabalho do Brasil. Esse acordo resultou na elaboração de um estudo sobre os acidentes fatais registrados nas obras da Copa do Mundo, que levou ao desenvolvimento de um Protocolo de Segurança no Trabalho e de um plano de trabalho conjunto.

Ao se empenhar para melhorar as condições dos trabalhadores durante os preparativos para as Olimpíadas do Rio, os promotores da campanha precisaram lidar com diversos problemas sociais enfrentados



pela sociedade brasileira, como conflitos civis contínuos, sinais negativos na economia nacional e um cenário de instabilidade política.

Apesar disso, a ICM e seus filiados conseguiram organizar diversas atividades, incluindo várias reuniões e conferências para sindicalistas e ativistas em todo o Brasil e no exterior, aumentar a visibilidade social e midiática dos operários de obras relacionadas ao setor esportivo e alcançar alguns resultados importantes em negociações.

Ao longo de toda a campanha, diversas estratégias foram implementadas simultaneamente para alcançar os objetivos da ICM. Uma dessas estratégias levou à assinatura de um acordo entre o Comitê Organizador Rio 2016 e a organização Forest Stewardship Council (FSC) que previa que apenas produtos madeireiros certificados seriam comprados e usados nas obras dos Jogos Olímpicos. Isso, por sua vez, for-

taleceu a influência dos sindicatos nesse setor, permitindo que melhorassem as condições dos trabalhadores que representam. As atividades nos meios de comunicação foram, em sua maioria, realizadas com as ferramentas que a ICM já havia usado em campanhas anteriores, como um site, uma página no Facebook e comunicados regulares à imprensa.

O Protocolo de Segurança e Saúde no Trabalho, desenvolvido para garantir condições de trabalho dignas e normas de saúde e segurança, incluiu uma lista de exigências básicas. Todas as empresas contratantes envolvidas nos preparativos para os Jogos Olímpicos deveriam cumprir aquelas normas. Algumas das exigências eram que as empreiteiras garantissem que os trabalhadores contratados por subempreiteiras tivessem as mesmas condições de trabalho, direitos e benefícios que os trabalhadores contratados diretamente pela empreiteira principal; que as empresas cum-



Rio de Janeiro se filiaram à ICM. Negociações coletivas resultaram em um aumento salarial médio de quase 33% ao longo da campanha. O Comitê Organizador do Rio 2016 adotou parcialmente o Protocolo de Segurança e Saúde no Trabalho da campanha.



A campanha conseguiu promover uma maior conscientização sobre a necessidade de garantir o trabalho decente em obras esportivas não apenas por meio de seus próprios canais e outros meios de comunicação sindicais, mas também pela grande mídia brasileira, como o poderoso "O Globo", e veículos de imprensa reconhecidos internacionalmente, como o jornal britânico "The Guardian". No final de junho de 2016, a ICM marcou a conclusão da sua campanha organizando um evento em homenagem aos trabalhadores (e suas famílias) que perderam a vida em acidentes durante a construção das instalações das Olimpíadas do Rio. A homenagem foi encerrada com o plantio de uma árvore e a inauguração de uma placa.



Apesar do cenário de instabilidade política que cercou os Jogos Olímpicos do Rio, o torneio foi, de um modo geral, considerado um grande sucesso, ainda que muitos comentaristas esportivos internacionais achem que o evento se tornou grande demais. O fator de bem-estar

prisssem plenamente a legislação trabalhista; e que os trabalhadores recebessem treinamento sobre o uso de novas tecnologias, métodos, materiais e processos antes do início das obras.

O acordo com o FUNDACENTRO previa que a entidade governamental realizaria um estudo sobre acidentes fatais ocorridos durante os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e elaboraria um plano conjunto com a ICM para promover condições de trabalho seguras nas obras das Olimpíadas.

Graças a esses pilares estratégicos, a ICM conseguiu alcançar vários objetivos importantes ao longo de sua campanha olímpica no Brasil. No auge das obras, os sindicatos filiados à ICM organizaram 50 mil trabalhadores, que participaram de 27 greves. Além disso, três novos sindicatos do estado do



que, segundo o COI, é tanto causa como efeito da realização dos Jogos foi intensificado pelas sete medalhas de ouro conquistadas por atletas brasileiros – o maior número conquistado pelo país em uma edição olímpica.

Quando o evento deixou o Rio de Janeiro, no entanto, a cidade ficou com

um legado complexo, como a responsabilidade de manter o enorme número de edifícios construídos para o torneio, muitos dos quais perderam a utilidade após o encerramento dos Jogos. Por razões econômicas e de outra natureza, contudo, a manutenção desses edifícios se mostrou praticamente impossível. Apenas 15 meses após a cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos, várias arenas que alguns operários deram a vida para concluir a tempo já apresentavam níveis severos de deterioração. ●

Grandes Avanços

em futuros megaeventos esportivos

De olho no futuro, a ICM mantém quatro campanhas ativas direcionadas a megaeventos esportivos, a saber (em ordem cronológica): Jogos Olímpicos de Inverno 2018 em Pyeong-Chang; Copa do Mundo da FIFA 2018 na Rússia; Jogos Olímpicos de Verão 2020 em Tóquio; e a Copa do Mundo da FIFA 2022 no Catar. Desses quatro eventos, dois estão prestes a ser realizados, enquanto os outros dois serão realizados mais à frente.

Três dos quatro países têm experiência prévia na realização de megaeventos esportivos, em alguns casos quando nem eram tão “mega” quanto atualmente. O Japão e a Coreia do Sul sediaram conjuntamente a Copa do Mundo da FIFA 2002 e cada país também foi sede dos Jogos Olímpicos de Verão (Tóquio 1972 e Seul 1988, respectivamente). Além disso, o Japão já sediou duas vezes os Jogos Olímpicos de Inverno (Sapporo 1972 e Nagano 1998). A Rússia (ou União Soviética) sediou os Jogos Olímpicos de Verão (Moscou 1980) e de Inverno (Sochi 2014), sendo ambos considerados altamente polêmicos – não porque a Rússia não tem tradição esportiva ou capacidade de sediar eventos desse porte, mas devido às suas atividades militares em países vizinhos na época em que os Jogos foram realizados.

O Catar, por outro lado, nunca sediou um evento esportivo que possa sequer ser comparado à Copa do Mundo em termos de magnitude. Trata-se de um pequeno e rico Estado desértico administrado pela família Al Thani. A maioria da sua população é formada por trabalhadores migrantes que, independentemente de trabalharem como empregados domésticos ou no setor da construção e de serviços ou em outras indústrias, costumam enfrentar condições precárias de moradia, falta de boas estruturas de saúde e segurança no trabalho, baixos salários e um sistema de emprego que não respeita plenamente seus direitos humanos básicos. Como em outros países, grandes projetos de construção estão em andamento, mas não está claro se as instalações serão necessárias no futuro.



Mudança de foco para os Jogos Olímpicos de Verão

Em julho e agosto de 2020, Tóquio sediará os Jogos Olímpicos de Verão e, assim, se juntará a Atenas, Paris, Londres e Los Angeles na prestigiada lista de cidades que receberam duas vezes o evento. Os anfitriões planejam usar várias arenas já existentes, incluindo diversos locais usados na edição anterior do torneio realizada na cidade em 1964, o que é incomum para os Jogos Olímpicos modernos.

No entanto, embora o Japão desfrute de condições econômicas e políticas bastante favoráveis em relação a diversos outros países-sede e esteja melhor preparado para enfrentar os diversos problemas que sempre surgem durante os preparativos de megaeventos esportivos, é fundamental que qualquer esforço dessa magnitude seja devidamente monitorado. Junto com seus filiados no Japão, a ICM já está se preparando para as obras relacionadas aos Jogos. As campanhas e o engajamento se basearão nas estratégias, na visão e nos conhecimentos desenvolvidos em campanhas anteriores.

Para os futuros Jogos Olímpicos em Los Angeles e Paris, os respectivos movimentos sindicais estão representados nos comitês locais. Em ambos os casos, os sindicatos insistem que todos os direitos humanos dos trabalhadores e de outras pessoas envolvidas devem ser respeitados nas obras dos Jogos e em outros aspectos relacionados ao evento.

O processo de escolha do Catar foi pouco transparente e a verdade completa dos fatos ainda não foi revelada. Sete anos após a decisão, não sabemos toda a verdade sobre como e por que o Catar recebeu o direito de sediar a Copa do Mundo.

As Copas do Catar e da Rússia são, de longe, as duas edições do torneio que mais atraíram publicidade internacional até hoje. Revelações impressionantes sobre trabalhadores em condições análogas à escravidão na Rússia e no Catar causaram perplexidade, consternação e indignação em todo o mundo esportivo, gerando pedidos de providências da comunidade internacional, sanções da FIFA, boicotes de torcedores e, no caso do Catar, alguns exigiram a revogação dos direitos de organização do torneio.

Militância sindical gera resultados concretos na Coreia do Sul

O COI concedeu a PyeongChang os direitos de sediar os Jogos Olímpicos de Inverno de 2018 em julho de 2011. A cidade coreana seria a menos povoada de todas as cidades-sede e a menor anfitriã olímpica



desde a edição de Lillehammer, Noruega, em 1994. A decisão significava que os Jogos seriam realizados fora das regiões tradicionais de esportes de inverno no norte e centro da Europa pela 6ª vez consecutiva (uma sequência que será ampliada para sete quando a edição de 2022 for realizada em Pequim). Isso reflete um fato curioso: o COI tem enfrentado dificuldades cada vez maiores para encontrar cidades adequadas para sediar os Jogos Olímpicos de Inverno. Oslo, por exemplo, cogitou apresentar uma candidatura para os Jogos de 2022, mas mudou de ideia quando um referendo local mostrou que a população não tinha interesse em sediar o torneio. Essencialmente a mesma coisa ocorreu com possíveis candidaturas de Innsbruck e Estocolmo para 2026, o que significa que Sion, na Suíça, permanece como o único candidato europeu para sediar esse evento.

O fato de as nações que tendem a dominar os Jogos Olímpicos de Inverno não estarem mais interessadas em sediá-los deve ser uma questão preocupante



para o COI, mas alguns motivos podem explicar essa tendência. Por exemplo, os Jogos de Inverno abrangem certos esportes de nicho que, se não estivessem incluídos no programa olímpico, provavelmente sequer existiriam. Seja por razões econômicas ou de outra natureza, nenhum país tem muitos competidores de bobsled, mas, apesar disso, todos os anfitriões dos Jogos Olímpicos de Inverno precisam construir uma pista de bobsled caríssima que se torna inútil assim que o evento termina.

No momento em que sua campanha para PyeongChang 2018 começou, a ICM havia acumulado uma sólida experiência e conhecimentos estratégicos sobre questões relacionadas aos operários da construção durante os preparativos para megaeventos esportivos. Cada país-sede diferente, no entanto, tem suas próprias características econômicas, sociais e culturais, o que inevitavelmente afeta os possíveis



desafios enfrentados pelos promotores da campanha. Na Coreia do Sul, uma das questões mais importantes tem sido a constante falta de pagamento de salários. A expectativa era de que seriam investidos cerca de US\$ 16 milhões em diversos projetos públicos e privados de construção e infraestrutura durante os preparativos para os Jogos Olímpicos de Inverno de 2018. Em um determinado momento, um documento de investigação da ICM sugeriu que várias empreiteiras e subempreiteiras deviam mais de US\$ 17 milhões em salários atrasados.

Trata-se de uma cifra realmente espantosa. Trabalhando com sua filiada local, a Federação Coreana de Sindicatos da Indústria da Construção (KFCITU),

a ICM pressionou fortemente o COI a abordar essa e outras questões, exigindo que o organismo facilitasse o pagamento imediato de todos os salários devidos aos trabalhadores; inspecionasse imediatamente todas as obras relacionadas aos Jogos Olímpicos de Inverno de 2018; realizasse inspeções trabalhistas conjuntas; e estabelecesse mecanismos efetivos de apuração de queixas e violações de direitos dos trabalhadores. Em que pesem alguns avanços registrados, no entanto, infelizmente ainda persistem vários problemas sérios à medida que se aproximam os Jogos de 2018.

Um problema comum no setor da construção é o uso de empreiteiras que, por sua vez, podem contratar outras subempreiteiras. Em muitos casos, a empreiteira principal não assume a responsabilidade pelos direitos e condições desses trabalhadores. Esse é um problema seríssimo na Coreia do Sul e, ao mesmo tempo, um grande problema para os operários das obras dos Jogos de Inverno de PyeongChang 2018. Essa difusão ou evasão de responsabilidade custa vidas humanas. Já foram registrados pelo menos quatro acidentes fatais em canteiros de obras olímpicas na Coreia do Sul. A ICM vem defendendo sistematicamente que, sempre que possível, a contratação direta deve ser um elemento fundamental dos Jogos de PyeongChang 2018.

Dezenas de milhares de trabalhadores migrantes estão ou foram empregados nas obras do torneio. Esses operários são, em sua maioria, chineses e coreanos, mas também há muitos outros de diversos países do centro e sudoeste da Ásia. Devido a questões culturais e linguísticas e a fatores relacionados à contratação, como o status do visto, esses trabalhadores são especialmente vulneráveis à exploração. A ICM enviou esforços concentrados para melhorar as condições de trabalhadores migrantes na Coreia do Sul e, no processo, obteve informações críticas sobre os desafios que enfrentam.





Faltando apenas alguns meses para o início dos Jogos de Inverno de PyeongChang 2018, a ICM e seus filiados locais alcançaram vários objetivos fundamentais e conseguiram ajudar muitos trabalhadores em disputas salariais extenuantes. Muitos problemas, no entanto, permanecem sem solução.

Rússia: Divisor de águas na campanha esportiva da ICM

Quando foi escolhida como sede da Copa do Mundo de 2018, a Rússia não pareceu surpresa. Foi uma decisão interessante, uma vez que, apesar de contarem com estruturas democráticas, a Rússia e a FIFA têm problemas semelhantes de governança. No entanto, ambos têm sido tradicionalmente administrados por pequenos grupos de pessoas. São muitas as preocupações com a transparência e o acesso no processo de construção do evento.

Desde o início, ficou claro que a Copa de 2018 na Rússia representaria um enorme desafio para a ICM. Felizmente, graças a todas as suas campanhas anteriores, a organização já havia acumulado uma experiência significativa e conhecimentos estratégi-

cos sobre megaeventos esportivos e, considerando todos os objetivos alcançados com essas campanhas, sua visibilidade nunca tinha sido tão grande. Se os promotores da campanha da ICM conseguissem ter acesso aos locais do evento e se envolver com trabalhadores e sindicatos locais, é provável que surgissem resultados concretos.

Um avanço importante foi conquistado em agosto de 2016, quando a ICM, sua filiada, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção da Rússia (RBWU), a FIFA e o Comitê Organizador Local assinaram um Memorando de Entendimento. Os principais termos do memorando foram os seguintes: intercâmbio de informações para melhorar a compreensão de aspectos relacionados a condições dignas de trabalho e definir as formas mais eficazes de solucionar essas questões; cooperação em visitas conjuntas para o monitoramento das condições de trabalho nas obras dos estádios da Copa do Mundo de 2018; facilitação de um processo para analisar e processar queixas de trabalhadores sobre violações graves de condições dignas de trabalho; e colaboração na realização de eventos de conscientização e capacitação sobre trabalho decente no âmbito da Copa do Mundo de 2018.

Diversas inspeções foram realizadas por auditores fiscais do trabalho locais e da ICM. Nessas inspeções, foram registrados riscos e violações e realizadas entrevistas com trabalhadores. Entre outros, os trabalhadores relataram problemas como falta de pagamento de salários, gratificações e horas extras; violações de segurança, incluindo a falta de equipamentos adequados e poucas áreas de proteção; documentação imprópria; e condições de vida precárias. Outra questão essencial identificada que exige a adoção de providências é a existência de um sistema salarial sem transparência que, entre outras coisas, permite diferenças entre os salários pagos a trabalhadores locais e migrantes.

A questão de operários migrantes que trabalham nas obras dos estádios para a Copa do Mundo de 2018 virou notícia internacional no início de 2017, quando foi revelado que muitos trabalhadores norte-coreanos viviam e trabalhavam em condições análogas à escravidão no novo estádio de São Petersburgo, onde pelo menos um deles teria morrido. Embora os detalhes dessa história sejam horríveis e singulares, a maioria dos trabalhadores migrantes nas obras da Copa do Mundo de 2018 são migrantes internos, seja de países que faziam parte da União Soviética ou de algumas partes do sudoeste da Europa, e todos estão expostos a situações perigosas. A ICM se empenha especialmente em garantir que os direitos desses trabalhadores sejam respeitados, que eles recebam a mesma remuneração paga a trabalhadores locais e que sejam tratados de acordo com os princípios de trabalho decente.

Se a Copa da Rússia de 2018 é vista com ceticismo por muitos, as preocupações com a realização do torneio no Catar em 2022 são ainda maiores. Embora “gente famosa do futebol” – entre os quais o desacreditado ex-presidente da UEFA, Michel Platini, seu compatriota Zinedine Zidane e os ícones do Barcelona Xavi e Pep Guardiola – tenha embolsado enormes quantias para apoiar o evento no Catar de diversas maneiras, quase ninguém da indústria futebolística parece disposto a oferecer seu apoio sem incentivos financeiros.

Catar: Reformas trabalhistas como legado esportivo

A escolha do Catar como sede da Copa do Mundo atraiu muita atenção para o país – e também para os direitos e condições dos trabalhadores. Houve muita publicidade negativa, principalmente em relação aos direitos e condições de operários migrantes no país.

A questão dos trabalhadores migrantes esteve presente, até certo ponto, em todos os megaeventos esportivos em que a ICM trabalhou desde que lançou sua campanha pelo trabalho decente na indústria esportiva há uma década. Além de apresentar problemas semelhantes em relação à saúde e segurança no trabalho e a queixas de trabalhadores, o que diferencia o caso do Catar é que praticamente







todos os trabalhadores envolvidos são migrantes. No sistema kafala, um “patrocinador”, segundo a legislação trabalhista catariana, tem poder para controlar praticamente todos os aspectos da vida desses trabalhadores. Esse sistema está começando a mudar, provavelmente em decorrência de toda a atenção dirigida ao Catar, mas também devido à campanha e ao engajamento da ICM. Parte desse trabalho foi realizada bem longe do país.

A ICM desafiou a FIFA a aplicar as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais apresentando um pedido ao Ponto de Contato Nacional (NCP) da Suíça. O pedido foi protocolado em um momento em que, embora houvesse discussões com a FIFA, a entidade não as levava a sério. A ICM solicitou que o NCP deixasse claro que a FIFA tinha responsabilidade sobre violações de direitos humanos registradas não apenas ao longo de todo o processo, mas também em todos os elos da cadeia de abastecimento. A entidade também foi requisitada a usar seus bons ofícios para promover uma melhor cooperação com a ICM no futuro. Embora o pedido não se limitasse apenas ao Catar, a maioria dos exemplos usados se referia ao país. As discussões geradas pelo caso ajudaram a promover avanços.

As medidas adotadas incluem a designação do professor John Ruggie, autor dos Princípios

Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (adotados pela OCDE em 2011 e os mesmos citados pela ICM), para elaborar um relatório.

O relatório Ruggie tornou-se a base dos avanços da FIFA em diversas áreas. Um dos mecanismos que a entidade criou é o Conselho Consultivo de Direitos Humanos, órgão composto por oito membros que analisa ações da FIFA em relação a uma ampla variedade de questões de direitos humanos, inclusive dos direitos humanos dos trabalhadores da construção civil. O Secretário Geral da ICM, Ambet Yuson, é um dos membros desse conselho.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) recebeu uma denúncia que solicitava a instauração de uma Comissão de Inquérito para analisar aspectos do trabalho forçado do sistema kafala que muitas vezes dificultavam a mudança de emprego ou a saída do país. O procedimento da OCDE e o processo da OIT contribuíram muito para melhorar o ambiente das discussões. A OIT decidiu não prosseguir com a instauração da Comissão de Inquérito após o governo do Catar se comprometer a cumprir plenamente as normas trabalhistas da OIT em um prazo de três anos. A OIT e o Catar implementarão um programa de cooperação técnica nesse período de três anos.



Em novembro de 2016, após três anos de trabalho árduo em torno da questão, a ICM assinou um Memorando de Entendimento com o Comitê Supremo de Entrega e Legado (SC). Inspeções conjuntas começaram a ser realizadas em fevereiro de 2017 no estádio Al Wakrah, situado ao sul de Doha. Essas e outras inspeções subsequentes em outros canteiros de obras da Copa do Mundo revelaram problemas de saúde e segurança, mas, ao mesmo tempo, parece haver um compromisso genuíno tanto do SC como das várias construtoras contratadas com a implementação de melhorias.

Outro avanço observado é que no último ano o SC admitiu a ocorrência de dois acidentes fatais nos canteiros de obras da Copa do Mundo: Anil Kuman Pasman, de 29 anos, foi morto por um caminhão-pipa no estádio Al Wakrah em 16 de outubro de 2016, enquanto Zac Cox, de 40 anos, sofreu uma queda mortal no canteiro de obras do estádio Khalifa. Nos dois casos, a ICM foi imediatamente notificada e recebeu informações detalhadas a respeito das investigações em torno dos acidentes – um nível de cooperação jamais visto antes.

Além disso, a organização assinou um acordo com a QDVC e a multinacional francesa VINCI para defender os direitos dos trabalhadores contratados pelas empresas no Catar. O acordo, que complementa o Memorando de Entendimento celebrado com o

Comitê Supremo, abrangerá questões de saúde e segurança no trabalho, queixas de trabalhadores e auditorias de todas as subempreiteiras e fornecedores. Além disso, ele se aplica a todas as construções realizadas pelas empresas no Catar e não apenas a projetos relacionados ao torneio.

Primeira edição do torneio a ser realizada no inverno (no hemisfério norte), a Copa do Mundo de 2022 no Catar só será disputada daqui a cinco anos. Isso significa que, mantidos os avanços, ocorrerão melhorias consideráveis nos direitos e condições dos operários da construção no país. A ICM está presente no Catar e cooperando efetivamente com as autoridades em questões abordadas conjuntamente.

Muitos megaeventos esportivos envolvem grandes projetos de construção executados em períodos curtos para garantir que as instalações estejam disponíveis a tempo. Embora o caso do Catar seja bastante desafiador em alguns aspectos e ainda sejam necessárias várias mudanças, muito antes de ser escolhido como sede da Copa do Mundo de 2022 o país desenvolveu inúmeros projetos de construção em grande escala como parte do seu plano de desenvolvimento. Espera-se que a indústria da construção se torne um dos setores mais pujantes do país por muitas gerações. Uma indústria estável que consiga produzir edificações de alta qualidade em



boas condições e respeitando plenamente os direitos dos trabalhadores pode contribuir significativamente para a sustentabilidade do país e para o futuro dos trabalhadores da construção no longo prazo.

Rumo ao futuro, rumo a campanhas em prol do trabalho decente

As campanhas esportivas da ICM são diferentes da maioria das campanhas. Trata-se de um processo de longo prazo no qual estratégias são desenvolvidas e implementadas e experiências são acumuladas e no qual a ICM se adapta a mudanças em situações e aproveita oportunidades. Trabalhando em uma ampla variedade de culturas e estruturas políticas, a ICM, em cooperação com filiais locais, vem conseguindo melhorar as condições de trabalho e de vida de centenas de milhares de trabalhadores em quatro continentes, além de incluir a questão dos direitos dos trabalhadores em eventos esportivos na agenda global.

Indícios sugerem que as principais entidades do esporte mundial estão levando a questão a sério. O Secretário Geral Ambet Yuson afirma que a ICM tem observado avanços significativos na FIFA ultimamen-

te, ainda que, infelizmente, o mesmo não possa ser dito em relação ao COI. Isso não acaba com os problemas, mas coloca a ICM na mesa de negociação e significa que os avanços, embora impulsionados por meio de campanhas, não dependem mais apenas das campanhas.

Foram incluídas informações sobre as condições políticas e sociais de cada país no qual a ICM se envolveu desde o início da Campanha pelo Trabalho Decente. Essas questões mostram que o esporte e a luta pelos direitos humanos dos trabalhadores fazem parte de uma luta maior pela justiça social, pelos direitos, pela democracia e pela dignidade humana.

Os avanços conquistados nos direitos e condições dos operários que trabalham nos preparativos de megaeventos esportivos promoverão os direitos e condições de outros trabalhadores da construção que não estão em evidência como aqueles envolvidos nas obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Os direitos desses trabalhadores são tão importantes quanto os daqueles que, pela natureza do seu trabalho, estão ligados às políticas da FIFA ou do COI, e a ICM continuará a lutar também pelos seus direitos humanos também. ●

WITHOUT US NO FOOTBALL IN QATAR IN 2022

BWI Mega Sports Briefing

Trade union rights in the Tokyo 2020 supply chain



On Japan's Tokyo Olympic Committee (JOC) and Japanese Olympic Committee (JOCOC) have made allegations against BWI regarding the alleged use of forced labour in the supply chain of the Tokyo 2020 Olympic Games. BWI has been accused of using forced labour in the supply chain of the Tokyo 2020 Olympic Games. BWI has been accused of using forced labour in the supply chain of the Tokyo 2020 Olympic Games. BWI has been accused of using forced labour in the supply chain of the Tokyo 2020 Olympic Games.

Summary

- Considering Japan's recent labour law reforms on labour unions, the ILO has already expressed concern regarding the weak labour standards set in the Tokyo 2020 National Security Code for Labour, which relies too heavily on existing certification mechanisms.
- BWI has also made suggestions regarding the proposed Olympic Memorandum. We are particularly concerned that there is no intention to submit the proposed measures to public consultation, and that there are plans to contract out the construction of the stadium.
- A BWI-affiliated union (JTBUS) has made credible allegations of workers' rights violations regarding a Danish-based labour company (Bini Yang) that is supplying labour for the construction of the New National Stadium for Tokyo 2020. Certification audits have proved insufficient to force the matter forward, however the fact that other alleged labour violations with Bini Yang have recently come to light means there is ongoing cause for ongoing concern.

Supply chain monitoring

The Tokyo 2020 Summer Olympic and Paralympic Games will require the construction or refurbishment of over 50 Olympic sporting facilities, as well as a raft of infrastructure, accommodation and other support projects. Many of these contracts have now been awarded, including the new National Stadium security under construction in Shinjuku, which was won by the Tokyo Corporation, one of Japan's most established



INTERNATIONAL FRAMEWORK AGREEMENT

with BESIX Group



QDVC



VINCI

FRAMEWORK AGREEMENT

BETWEEN QDVC - VINCI - BWI



FIFA.com

Working conditions: FIFA and trade unions sign cooperation agreement for Russia 2018

(2018-08-29 20 Aug 2018)





BWI
Building and Wood
Workers' International
www.bwint.org

Route des Acacias 54
CH-1227 Carouge GE
Suiça



LO - Noruega
Youngsgate 11, NO-0181 Oslo
Noruega